

OPINIÃO ECONÔMICA

Miséria, reforma fiscal e inflação

RUBENS PENHA CYSNE

Se é verdade que a motivação é mais escassa na felicidade do que na infelicidade, então tudo leva a crer que, no ser humano médio, a observação de riqueza e progresso costuma causar mais desgaste do que a observação da miséria do próximo. De fato, inúmeras são as teorias que tentam explicar a motivação para o trabalho e produção quando o vizinho compra um carro novo (que os americanos chamam de doutrina do "keep up with John"), mas poucas ou inexistentes são aquelas que descrevem qualquer tipo de iniciativa pessoal quando se depara com alguém agonizando de fome na rua.

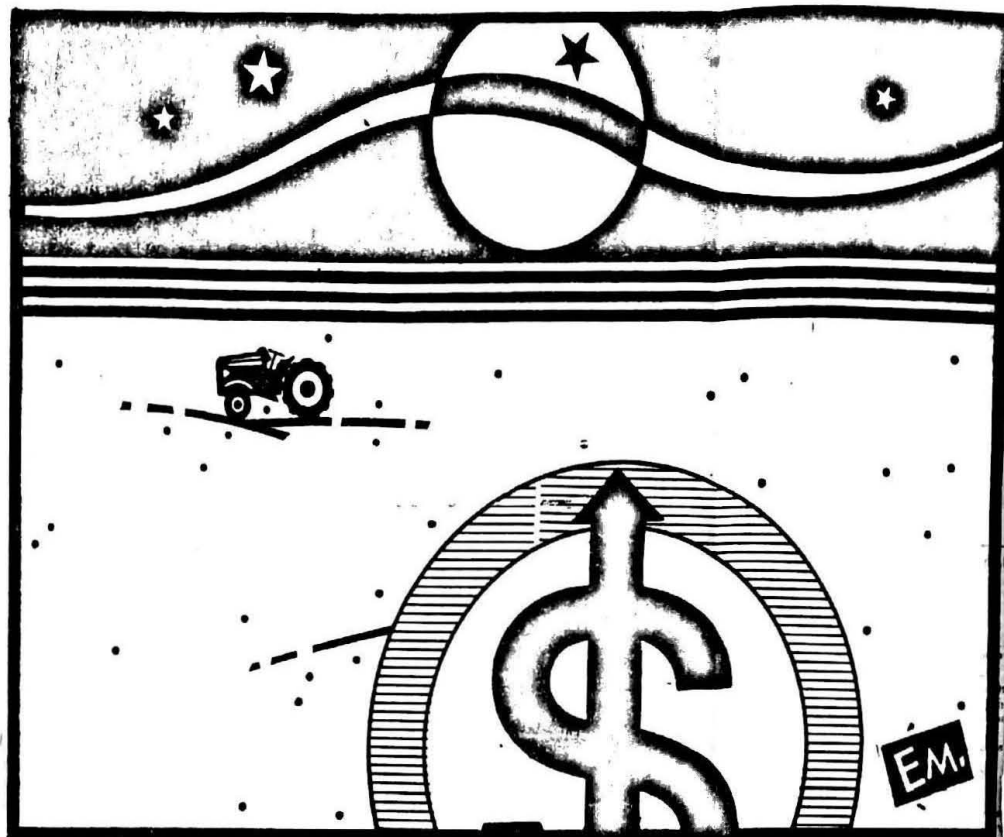
Diga-se de passagem, se tal teoria comportamental existisse, seria francamente desmentida pelos fatos em boa parte das cidades brasileiras. Para não cair em crise de choro a cada esquina, somos obrigados a desenvolver uma couraça de insensibilidade que choca qualquer um (como costuma acontecer com os turistas estrangeiros) que não tenha sido devidamente "vacinado".

A deparação com a miséria, na maior parte dos casos, não gera atitudes corretivas efetivas. Até mesmo a forma mais antiga, simples (na verdade, simplista) e direta de se sentir útil face ao problema, a popular esmola, já caiu em desuso. O arrazoado mais usual gerado pela "vacina" à qual nos referimos vai desde o egoísta "não tenho nada a ver com isso" (supõe-se que não existam mais malhusanos convictos) até o mais elaborado "já fiz a minha parte, pagando meus impostos".

Teoricamente, atitudes diante da pobreza iminente são atitudes de gerenciamento de transferência de renda, que, por sua vez, pode se dar entre agentes econômicos num mesmo momento do tempo ou intertemporalmente. A geração de riqueza em si é coisa para o mais longo prazo. Para um cidadão comum, sem maiores poderes nas mãos, a menos discutível atitude a tomar, diante de uma miséria que o choque, se dá transferindo para o miserável (ou miseráveis) parte de sua renda ou riqueza.

Um exemplo claro e atual dessa estratégia, na qual um cidadão utiliza seus próprios recursos para resolver seus próprios problemas (no caso, de indignação de altruísmo insatisfeito), foi dado pela cantora inglesa Sinnéad O'Connor, que doou para famintos da Somália uma de suas casas nos Estados Unidos no valor de US\$ 800 mil. Saber se esses recursos chegarão ou não aos seus destinatários é um outro problema, o qual a Sinnéad certamente querará e deverá ter meios (o que infelizmente não costuma acontecer com quem paga o Finsocial) de resolver.

Quando o indivíduo indignado é o presidente da República, entretanto, vários outros instrumentos de ação contra a miséria podem e devem ser colocados em prática.



No caso brasileiro atual, diga-se de passagem, ao assumir a preocupação constante com aspectos sociais, o presidente nada mais faz do que refletir o senso comum no Brasil e no exterior. Ele está coberto de razão no conteúdo. Mas, infelizmente, até agora, equivocado na forma de ação.

No espaço de planejamento (miope, mas realista) de dois ou três anos e dada a escassez de crédito externo, o único instrumento disponível ao presidente para minorar sua preocupação com a miséria — exceto a honrosa e altruísta opção Sinnéad — reside na modificação da estrutura tributária do país. O primeiro passo consiste em simplificá-la e torná-la francamente defensável dos pontos de vista técnico e social. Uma condição necessária para que um imposto seja justo é que ele possa, na prática, ser cobrado exatamente da forma como manda a lei que o instituiu. Com a nossa atual barafunda fiscal e consequente sonegação generalizada, todos os impostos são, por definição, injustos.

Numa reforma fiscal séria, que nada tem a ver com essa que aí está, impostos diretos deveriam ser francamente preferíveis aos indiretos e as alíquotas dos impostos diretos, funções suficientemente crescentes da renda. Não se descarta nesse processo a possibilidade de impostos negativos (transferências) temporários nem a existência de subsídios aos preços de educação, saúde e transporte.

Aberrações do tipo Finsocial ou qualquer outro imposto que incida

sobre faturamento e não valor adicionado, bem como o IPMF, deveriam ser evitadas a todo custo. Uma vez obtida a defensabilidade técnica, partir-se-ia para a venda da idéia ao público, explicando-se-a e possivelmente tornando a sonegação passível de prisão. Por último, a destinação de tais recursos deveria ser transparente e acessível ao cidadão comum. Essa receita é facilmente inteligível por qualquer adolescente ou adulto que não passe boa parte de seu tempo em elucubrações sobre congelamento, tablitais ou absurdos alongamentos compulsórios da dívida pública.

É preciso deixar claro que, no contexto do primeiro passo supracitado em que se fala na defensabilidade da estrutura tributária formal ou informal, a prioritária e mais importante medida consiste na eliminação do mais irritante e absurdo imposto dessa estrutura, o imposto inflacionário. Trata-se este dos US\$ 15 bilhões que os indivíduos mais pobres de nossa sociedade pagam ao Banco Central e aos bancos comerciais pela desvalorização constante da moeda que são obrigados a utilizar.

Pelo menos dois importantes trabalhos de estudiosos da má distribuição de renda no Brasil (Bonelli e Ramos e Hoffman) deixam claro a influência altamente concentradora de renda desse imposto. Ressalte-se que o imposto inflacionário nada tem a ver com a possível queda do poder aquisitivo dos salários face à inflação. Trata-se esse dos juros reais negativos que incidem sobre a moeda. Pagam imposto inflacio-

nário todos aqueles que retêm moeda por algum tempo. A base do imposto é a moeda-corrente e a alíquota, a inflação.

Decorre daí que, se o objetivo é priorizar o social, nada deve antepor-se ao combate à inflação. Enquanto nosso Congresso de Papai Noel (a expressão é do deputado José Serra, para designar um Congresso incapaz de aprovar rapidamente medidas duras) não se dignar a aprovar uma reforma fiscal de base, continuaremos neste regime do "salve-se quem perder".

O que o presidente tem a fazer neste contexto não é ressuscitar o Fusca, o Gordine ou o Simca, mas, sim, concentrar-se na arrecadação tributária, na seletividade dos gastos públicos e pronunciar-se continuamente à nação de forma a denunciar a incompetência do Congresso na aprovação de uma verdadeira reforma tributária (o projeto apresentado inicialmente pela "Comissão Aryoswaldo" apresentava um excelente ponto de partida nesse sentido).

Do ponto de vista político, o atual "status quo" sugere fortemente que se dê uma chance ao sistema parlamentarista de governo. Da forma como as coisas estão, realmente nada funciona a contento. Enquanto todos os países já se acertaram (excetuando-se a Rússia, o Brasil é campeão mundial de inflação), nosso purgatório estagflationário já vai para o seu 13º ano.

RUBENS PENHA CYSNE, 34, é doutor em economia e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).